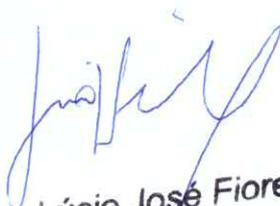


**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2018, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º, DO ARTIGO 9º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 10:00 HORAS DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2018,** a qual esteve sob a Presidência da Vereadora Vivian Soares, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Registrada a presença dos Vereadores Agente Américo Cato, Toninho Masson, José Fernando Barbieri e Wagner Brasil de Barros, e, do senhor Lúcio José Fiorelli, Gerente de Orçamento e Finanças. Presentes ainda, os funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, Orlando Serra Júnior, Controlador Interno, e, Natália Romano Camilo, Diretora, assim como, demais servidores municipais, assessores parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos a Vereadora Vivian Soares, Presidente desta Audiência Pública, convidou o senhor Lúcio José Fiorelli, Gerente de Orçamento e Finanças, a tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 2º quadrimestre de 2018. O senhor Lúcio José Fiorelli iniciou a sua explanação invocando o parágrafo 4º, do artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, visando à transparência na gestão fiscal, o acesso público aos planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e demais dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, especialmente a Câmara Municipal, a Agência Reguladora SAEMJA, e, o IMPJ – Instituto de Previdência do Município de Jahu. Ato contínuo, o senhor Gerente passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados econômico-financeiros e orçamentários referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2018. Foi apresentado gráfico da receita prevista *versus* a receita arrecadada no 2º quadrimestre de 2018, sendo a primeira da ordem de R\$ 407.658.000,00 e a segunda de R\$ 249.316.385,93, o que perfaz 61% da previsão total de arrecadação até o momento. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 2º quadrimestre de 2017 *versus* a receita arrecadada no 2º quadrimestre de 2018. A receita em 2017 no período foi da ordem de R\$ 242.433.624,18, e, no mesmo período no ano de 2018, foi de R\$ 249.316.385,93. Houve um aumento na arrecadação no valor de R\$ 6.882.761,75, equivalente a 2,84%. Após, foi apresentado comparativo contendo as principais receitas nos exercícios de 2017 e 2018 até a presente data, a saber: ICMS 2017 – R\$ 44.626.865,61; IPI 2017 – R\$ 304.488,01; FPM 2017 – R\$ 42.879.160,03; FUNDEB 2017 – R\$ 32.901.886,44; IR 2017 – R\$ 3.750.018,73; IPTU 2017 – R\$ 28.971.238,39; ISSQN 2017 – R\$ 14.425.676,86; ICMS Desoneração 2017 – R\$ 212.433,78; IPVA 2017 – R\$ 21.973.569,47; Taxas 2017 – R\$ 11.001.754,99; ITBI 2017 – R\$ 3.454.488,39; Receitas de Contribuições 2017 – R\$ 4.668.578,67; Receitas de Capital 2017 – R\$ 507.022,51; ITR 2017 – R\$ 114.336,60; e, Receitas Diversas 2017 – R\$ 32.642.105,68, perfazendo o montante de R\$ 242.433.624,18; ICMS 2018 – R\$ 47.156.725,04; IPI 2018 – R\$ 384.015,04; FPM 2018 – R\$ 44.426.920,06; FUNDEB 2018 – R\$ 34.371.819,43; IR 2018 – R\$ 4.262.710,33; IPTU 2018 – R\$ 31.531.648,15; ISSQN 2018 – R\$ 14.892.204,60; ICMS Desoneração 2018 – R\$ 205.692,08; IPVA 2018 – R\$ 21.840.703,59; Taxas 2018 – R\$ 13.212.034,59; ITBI 2018 – R\$ 5.482.962,28; Receitas de Contribuições 2018 – R\$ 4.125.192,90; Receitas de Capital 2018 – R\$ 1.906.777,17; ITR 2018 – R\$ 81.775,62; e, Receitas Diversas 2018 – R\$ 25.435.205,05, perfazendo o montante de R\$ 249.316.385,93. Prosseguindo, o representante da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, apresentou o comparativo da despesa empenhada de 2017 e de 2018 no mesmo período, a saber: despesa empenhada/2017 – R\$ 328.552.559,90 e despesa empenhada/2018 – R\$ 312.233.543,99, perfazendo um decréscimo no empenhamento da despesa de R\$ 16.319.015,91, equivalente a 4,97%. Ato contínuo, foram apresentadas as principais despesas empenhadas por função de governo: Saúde – 36%; Educação – 24%; Administração – 13%; Assistência Social – 3%; Legislativa – 1%; Meio Ambiente – 4%; Urbanismo – 4%; Encargos Especiais – 8%. Na sequência, foram informadas as despesas com Ações de Saúde. O valor das receitas de impostos e transferências de impostos foi da ordem de R\$ 167.623.646,09, e, com base neste valor, a aplicação mínima obrigatória de 15% seria de R\$ 25.143.546,91. Diante disso, foi apresentado gráfico com os valores das despesas com Ações de Saúde (recursos próprios), os quais tiveram valores percentuais empenhado, liquidado e pago, respectivamente, de 41,89% - R\$ 70.216.075,46; 31,28% - R\$ 52.432.304,04 e 27,59% - R\$ 46.253.997,39. Em seguida, foi apresentado gráfico da despesa acumulada com Ações de Saúde com valores empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente, de R\$ 112.107.802,33; R\$ 81.243.629,78 e R\$ 74.634.664,75. Já as despesas com Ações de Saúde (custeadas com recursos vinculados) tiveram valores empenhado, liquidado e pago, respectivamente, de R\$ 41.891.726,87, R\$ 28.811.325,74 e R\$ 28.380.667,36. A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal do exercício anterior e do atual (até o mês de agosto). No exercício de 2017 a receita corrente líquida foi de R\$ 346.807.994,13 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 141.388.446,81, equivalente a 40,77%. No exercício de 2018 (até o mês de agosto) a receita corrente líquida foi de R\$ 359.503.121,25 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 137.308.394,48, equivalente a 38,19%. Enfatizou ainda, os limites máximo de gasto (conforme o artigo 20 da LRF), e, prudencial (conforme o artigo 22 da LRF) de 54% e 51,30%, respectivamente, assim como, o resultado consolidado para o município de Jahu de 38,19%. Foram apresentados os gráficos das despesas com Aplicação no Ensino. O valor das receitas de impostos e transferências de impostos foi da ordem de R\$ 170.265.088,98, e,

com base neste valor, a aplicação mínima obrigatória de 25% seria de R\$ 42.566.272,25. As despesas com Ações de Ensino tiveram os seguintes percentuais: empenhado - 27,69% - R\$ 47.153.137,94; liquidado - 23,56% - R\$ 40.112.955,37; e, pago - 23,09% - R\$ 39.310.096,74. Os valores empenhado, liquidado e pago, respectivamente, com recursos do FUNDEB foi de R\$ 33.915.556,69, R\$ 33.915.556,69 e R\$ 29.450.687,88, sendo que a arrecadação do FUNDEB, até a presente data, foi de R\$ 34.431.515,69. Enfatizou também, que a legislação determina o percentual mínimo de 60% das despesas com Magistério, mas a aplicação do município de Jahu está na ordem de 75,16%. Finalizada a explanação, o senhor Lúcio José Fiorelli, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. A Presidente da Audiência Pública, Vereadora Vivian Soares, indagou aos Vereadores, à Imprensa e ao público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante da Prefeitura Municipal de Jahu, oportunidade em que indagaram ao Gerente de Orçamento e Finanças, a Jornalista Bruna Mano, os Vereadores José Fernando Barbieri e Wagner Brasil de Barros, o Assessor Parlamentar Eder Henrique da Silva, e, o Vereador Toninho Masson. Ato contínuo, a senhora Presidente, Vereadora Vivian Soares, indagou novamente ao público presente se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante da Prefeitura Municipal de Jahu, oportunidade em que mais ninguém manifestou interesse em pronunciar-se. Finalizando os trabalhos, a Vereadora Vivian Soares, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, e que presidia a Audiência, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a documentação supra mencionada, bem como, a lista de presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública -----  
-----  
-----

  
VIVIAN M. S. MARCOS SOARES  
Vereadora

  
Lúcio José Fiorelli  
CORECON - 29 307  
Município de Jahu - Gerente

  
ORLANDO FERRAZ JUNIOR  
CONTROADOR INTERNO

  
Natalia Romano Camilo  
Diretora  
Secretaria de Economia e Finanças